

DESCOLONIZANDO E PLURALIZANDO A LINGUAGEM E AS PALAVRAS PARA O FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PLURAIS E INCLUSIVAS: As infâncias e o método histórico-dialético¹

DECOLONIZING AND PLURALIZING LANGUAGE AND WORDS FOR THE STRENGTHENING OF PLURAL AND INCLUSIVE PUBLIC POLICIES: Childhoods and the historical-dialectical method

JACQUELINE TATIANE DA SILVA GUIMARÃES
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará, UFPA
jacquetsg@gmail.com

RESUMO

Propõe-se questionar, de forma provocativa, a compreensão superficial de que referir-se a “infâncias” no plural seria antagônico ou equivocado perante o método histórico-dialético — especialmente em áreas do conhecimento que pouco dialogam com os estudos da linguagem. Parto dos seguintes questionamentos: I) Quais os impactos de uma compreensão fixa, restrita e singular das palavras nas políticas públicas e na vida social? II) Quais as consequências de uma leitura limitada da infância, ancorada na ideia de sujeito universal, para a proteção de crianças e adolescentes com corpos e territórios subalternizados? Revisito teóricos da análise do discurso inspirados no pensamento marxiano e, na mesma direção, recorro a intelectuais marxistas da diáspora africana para pensar a linguagem como matéria política, ideológica e racializada. Nomear e dar visibilidade à pluralidade não é apenas reconhecer a diversidade — é insurgir contra as violências coloniais, afirmando existências que não cabem em palavras hegemônicas, universais e nem no singular.

Palavras-chave: Racismo Epistemológico; Intelectuais Negras e Negros. Anticolonial e contracolonial.

ABSTRACT

This paper provocatively challenges the superficial view that referring to "childhoods" in the plural contradicts the historical-dialectical method — especially in academic fields with limited engagement in language studies. I begin with two central questions: (I) What are the impacts of a fixed, restrictive, and singular understanding of words on public policies and social life? (II) What are the consequences of a limited conception of childhood, rooted in the idea of a universal subject, for protecting children and adolescents with racialized bodies and subaltern territories? Revisiting theorists of discourse analysis inspired by Marxian thought, I also draw on Marxist intellectuals of the African diaspora to conceive language as political, ideological, and racialized matter. To name and make plurality visible is not merely to acknowledge diversity — it is to resist colonial violence and affirm lives that do not fit within hegemonic, universal, and singular words.

Keywords: Epistemic Racism; Black Intellectuals; Anticolonial and Countercolonial Thought.

¹ Recebido em 10/08/2025. Aprovado em 20/10/2025.



1.INTRODUÇÃO

“Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las.”

— Nego Bispo², 2023

“Essa produção precisa ser também considerada pluralisticamente como pluralista; é a cultura brasileira e não mediante o critério monopolístico imposto pela cultura do dominador colonizador, sem alternativas de outras formas de expressão que reflitam exatamente as grandes diversidades da nação brasileira.”

— Clóvis Moura, 1994

Essas provocações orientam o presente artigo, cujo título reflete a proposta de enfraquecer o poder das palavras colonizadoras e fortalecer as vozes e conceitos historicamente marginalizados a partir da pluralização de palavras e do reconhecimento da diversidade em nossas políticas públicas. A escolha do título — “DESCOLONIZANDO E PLURALIZANDO A LINGUAGEM E AS PALAVRAS PARA O FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PLURAIS E INCLUSIVAS: As infâncias e o método histórico-dialético” — expressa a tensão entre linguagem, poder e justiça social, articulando crítica à matriz colonial linguística e epistêmica, reforçando as práticas de resistência e o compromisso com políticas públicas que reconheçam a pluralidade das infâncias.

Assim, este artigo³ resulta de reflexões provocadas por dois momentos acadêmico-profissionais: a participação em uma banca de defesa de monografia em um curso de Serviço Social e um evento do Conselho Regional de Serviço Social do estado do Pará, nos quais foi afirmado que tratar, falar, referir-se e pautar "infâncias" no plural seria incoerente com o método histórico-crítico e dialético inaugurado por Karl Marx. Nesses dois momentos me questioneei se tais regras não seriam a manifestação de um marxismo atravessado por sujeitos imersos na branquitude e no eurocentrismo?

² Cabe ressaltar que Nego Bispo se afirmava não marxista e não decolonial. No entanto, nesta análise, suas proposições linguísticas e poéticas são tomadas como pontos de reflexão que incorporam criticidade e práxis revolucionária e antirracista. Reconhece-se, ainda, que na prática acadêmica há uma interpretação restrita de que o método histórico-dialético só se manifesta quando explicitamente anunciado, embora nem sempre aqueles que o anunciam o façam de forma coerente com suas premissas.

³ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada e aprovada nos anais do XII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) - “Imperialismo, Colonialismo, Racismo e Guerras: balanço e perspectivas emancipatórias” / 100 anos do Serviço Social na América Latina, sob o título “Infâncias, Linguagem/Palavra e Descolonização: A pluralidade como fundamento no método histórico-dialético e das Políticas Públicas”. A presente versão, submetida à revista, foi substancialmente revista e ampliada, incorporando aprofundamento teórico, novas análises e reflexões inéditas, configurando-se como texto inédito para esta publicação.

O que foi manifestado, percebi, não se tratava de uma opinião individual ou de um posicionamento isolado. Era expressão de uma compreensão partilhada por profissionais e acadêmicos(as) de áreas que pouco se debruçam — ou que não têm por hábito se aproximar — das teorias e dos teóricos da linguagem que, em profundo diálogo com o método marxiano, já problematizaram perspectivas que desconsideram o caráter social, histórico e político das palavras e da própria linguagem. Proponho-me, portanto, a questionar — de forma intencionalmente provocativa — a compreensão superficial de que, no método de Marx, as palavras devam ser imutáveis, fixas e enrijecidas, ignorando o próprio movimento histórico, dialético e dinâmico da ideologia e da realidade social, movimento este produzido e impulsionado por pessoas que se comunicam e que agem com intencionalidades.

Neste texto, coloco-me no mesmo lugar que Sueli Carneiro (2023) ao tratar dos dispositivos da racialidade, quando, com base em Michel Foucault e de forma emblemática, expõe — e ironiza — o fato de que a branquitude só consegue compreender e validar pensamentos acadêmicos, científicos e epistemológicos que partem do reflexo de seu próprio espelho. Também o farei, recorrendo, de início, aos russos Mikhail Bakhtin (1981) e seu Círculo, autores de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*; ao francês Michel Pêcheux (1995), em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*; e ao britânico Norman Fairclough (2016), em *Discurso e Mudança Social*, para compreendermos a linguagem e o uso das palavras como parte de um processo histórico, vivo e material — coerente com o método histórico-dialético marxista.

Nesta seção introdutória, que dialoga com a próxima, parto, então, dos seguintes questionamentos: I) Quais os impactos de uma compreensão fixa, restrita e singular de "palavras" nas políticas públicas e na vida social? II) Quais as possíveis consequências de uma visão limitada que singulariza a infância, utilizando o método histórico-dialético como argumento, para a proteção de crianças e adolescentes que não possuem corpos e territórios hegemônicos e universais?

Na primeira seção, costuram-se considerações que nos permitam compreender como a percepção de que palavras "intocadas" se relacionam diretamente a construções analíticas que defendem que a língua e a linguagem devem seguir uma lógica estrutural que impõe normas e regras linguísticas que não devem ser questionadas. Tais percepções seguem alinhadas a entendimentos que fortalecem o Preconceito Linguístico (Bagno, 2015) e o Racismo Linguístico, brilhantemente identificado e teorizado por Gabriel Nascimento (2019, 2022) que se debruça no intelectual negro martinicano e marxista Franz Fanon (2008) com

especial ênfase no capítulo “O negro e a linguagem” de *Pele Negra, Máscaras Brancas*, denunciando o caráter de dominação colonial da linguagem.

Em seguida, abordo uma perspectiva linguística que se constitui como resistência frente a uma língua única, imposta pelo processo civilizatório colonial. Dialogo com Lélia Gonzalez (1984) e Clóvis Moura (2020) — ambos reconhecidamente marxistas que já problematizavam a raça e o racismo no capitalismo em finais do século XX — e recorro também a intelectuais como Antônio Nego Bispo (2015; 2023) e Grada Kilomba (2019). Nego Bispo, inclusive, tece críticas não apenas aos modelos de pensamento coloniais, incluindo o próprio marxismo, mas também à decolonialidade. Amparada nesses referenciais, infiro que referir-se a “infâncias” no plural não é antagônico nem equivocado em relação ao método de Karl Marx. Ainda assim, tal compreensão permanece cristalizada em alguns grupos que se autodeclaram “marxistas fiéis ao método”, especialmente entre aqueles que circulam estritamente nas Ciências Sociais Aplicadas e não dialogam com a linguística, reproduzindo enunciados oriundos de um nicho de marxistas brancos e eurocêtricos.

Posteriormente, apresenta-se a categoria teórica “infância”, que nasce de um lugar comum, para, em seguida, lançar as “infâncias” no plural como estratégia de resistência e combate aos apagamentos da diversidade. Trata-se de romper com uma construção analítica eurocêntrica para abrir espaço a uma oposição fundamentada nos estudos de pesquisadores amazônidas. Com este escrito, ousa afirmar, de forma provocativa, que totalidade nenhuma se traduz necessariamente por palavras no singular, tampouco por conceitos que ignoram as dinâmicas da realidade social — realidade esta construída por diferentes grupos sociais, marcada pelo movimento da história e pelos pulsos dos movimentos sociais. Negar a pluralidade expressa nas palavras é reafirmar os históricos apagamentos da diversidade, privilegiando, mais uma vez, as vozes e corpos hegemônicos.

2.A “PALAVRA” E A LINGUAGEM A PARTIR DA LEITURA DO MÉTODO HISTÓRICO DIALÉTICO

Há múltiplas formas de se estudar e teorizar a linguagem, originadas de distintas tradições teóricas. Destaco, aqui, aquelas que se debruçam sobre a linguagem a partir da perspectiva marxista e marxiana, especialmente a do Círculo de Bakhtin, que oferece a possibilidades de uma análise teórica e crítica, considerando os aspectos e as influências do contexto sociocultural, histórico, político e ideológico nas falas dos diferentes sujeitos inseridos em uma sociedade.

Os primeiros estudos sobre linguagem e discurso adotaram, em grande medida, abordagens baseadas no objetivismo abstrato — tendo Ferdinand de Saussure como expoente — e no subjetivismo idealista, representado por Wilhelm von Humboldt. No primeiro observa-se uma compreensão de que a linguagem seria um sistema abstrato de formas, que deveria se guiar por normas e regras para o seu uso, enquanto o segundo tomava a linguagem enquanto uma simples e mera enunciação monológica isolada, desconsiderando as influências do contexto e dos grupos sociais (Jobim e Souza, 2012).

As formulações teóricas sobre a palavra — enquanto signo e símbolo que, reunidos, exprimem línguas e linguagem — extrapolam o campo da Sociologia e alcançam os estudos linguísticos, ancoradas no método histórico-dialético de Marx e Engels, com uma dialética de base materialista. Karel Kosik ao tratar sobre o que se trata a dialética (1976) explicita que

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana. A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. (Kosik, 1976. p.13).

Para a dialética da totalidade concreta a compreensão da realidade não é imediata, exigindo esforço e um desvio reflexivo (*détour*). Para ele, Karel Kosik, a distinção entre representação e conceito da coisa revela não apenas diferentes formas de conhecimento, mas sobretudo diferentes qualidades da práxis humana. Na perspectiva dialética marxista a representação, modo imediato como vivenciamos os fenômenos e conceito, sendo o acesso teórico à essência (abstração), não seria apenas uma forma distinta de conhecimento, mas como qualidades distintas da práxis humana. Para compreender a “coisa em si” — a realidade em sua totalidade - é necessário ultrapassar o aspecto fenomênico e avançar rumo à construção conceitual crítica, conectando análise e ação no contexto histórico-social, que é material.

A abordagem dialética marxista enfatiza a importância de considerar as contradições e complexidades da realidade social, sendo oposto ao estabelecimento de regras rígidas seja em um aspecto societário, quanto no processo analítico. Dessa forma, o pensamento marxiano

é profundamente contextualizado e histórico, não sendo uma fórmula rígida a ser aplicada de maneira uniforme em todos os casos, exigindo crítica e reflexão contínua.

Na abordagem marxista, linguagem e realidade não se reduzem à aparência, mas demandam análise que conecte forma e conteúdo, estrutura e história. É nesse contexto que Mikhail Bakhtin surge com críticas contundentes às compreensões monológicas, fixas e a-históricas da linguagem e das palavras, demonstrando que não seria tão somente um sistema abstrato de formas e nem uma simples enunciação monológica isolada, posições que impedem a percepção da real natureza da linguagem: o código ideológico.

Cabe destacar que Mikhail Bakhtin integrava o chamado Círculo de Bakhtin, composto por Valentin Volochínov e Pavel Medvedev, cujas contribuições se entrelaçam no campo da filosofia da linguagem e da crítica dialógica. Entre as obras centrais do grupo, destacam-se “Estética da Criação Verbal” (2010), *Para uma Filosofia do Ato Responsivo* (2012) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017). Entretanto no presente artigo foco as considerações na última obra mencionada, pois nos apresenta elementos que se contrapõem a um entendimento de que o método histórico-dialético nos imporia regras para a utilização do que no final são palavras, que carregam intencionalidades e disputas ideológicas que se materializam na vida social.

Mikhail Bakhtin nasceu em 1895 e faleceu em 1975 e Michel Pêcheux nasceu em 1938 e faleceu em 1984. Entretanto, cabe salientar que há diferentes compreensões quanto a autoria dos livros que no Brasil chegaram como exclusivamente de Bakhtin. Como bem observa Zandwais (2015), a edição de 1986 de “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, traduzida da versão francesa, credita a autoria Mikhail Bakhtin e Valentin Volochinov, todavia versões inglesas de 1973 e russo-francesa de 2009, atribuem autoria à Volochinov, versão a que Pêcheux teve acesso e menciona em 1980, revelando as influências do Círculo às gerações posteriores. Pêcheux (1995), mergulha em um debate profundo sobre como a perspectiva do marxismo-leninista articula-se e contribui no debate sobre a semântica, o discurso e a linguagem, argumentando que:

[...] as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (Pêcheux, 1995; p. 93).

A unidade da língua não é um sistema inerte, mas espaço onde se manifestam conflitos ideológicos, necessitando de uma abordagem materialista sobre o discurso, já que a

língua oferece uma base estrutural relativamente autônoma e toda manifestação discursiva — ou processo discursivo — estando inevitavelmente imbricada às formações ideológicas, refletindo posições de classe e modos de confrontar sujeitos. A partir da linguagem e palavras criamos estratégias para assumir e demarcar posicionamentos, materializando e espelhando os interesses ideológicos em jogo.

Assim, a linguagem constitui-se em fenômeno vivo, servindo também enquanto instrumento de crítica à normatização e elitização do modo de se comunicar e de estratificar a sociedade. A língua é construída coletivamente e utilizada pelo ser social como forma de estabelecer interações, não estando submissa a regras, portanto é produto e processo social. Não há como restringir o uso da língua e a realidade linguística e aqui em específico a imposições, pois os indivíduos no momento da interação exercem uma prática viva da língua com objetivos e intencionalidades.

Tais aspectos encontram confluências em Norman Fairclough (2016), que propõe uma Teoria Social do Discurso que contribua não somente para os estudos da linguagem, mas sobretudo para o estudo das mudanças e transformações sociais e culturais, partindo do entendimento de que a linguagem é multifuncional, pois representa e ordena as relações sociais e estabelece identidades. Logo,

A relação das palavras com os significados e de muitos-para-um e não de um-para-um, em ambas as direções: as palavras têm tipicamente vários significados [...] Isso significa que como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (Fairclough, 2016; p. 239).

Ou seja, em sua atualidade analítica Fairclough estabelece interseções entre os discursos e as mudanças sociais engendradas pelos diferentes grupos e movimentos sociais que tomam na linguagem meio de confrontar os “discursos de prestígios”. Fairclough, adverte: “*Não se trata de proclamar o surgimento de uma utopia linguística. São conquistas advindas de lutas sociais que encontram resistências e continuam a provocá-la*” (Fairclough, 2016, p. 258).

Atualmente, observa-se intenso debate acerca da utilização da linguagem neutra, que enfrenta resistência tanto em setores conservadores quanto em grupos que se identificam como progressistas ou de esquerda, os quais tendem a considerá-la uma pauta exclusivamente

identitária. Essa resistência revela a permanência de uma visão limitada sobre o papel da linguagem na construção social das identidades e na reprodução das estruturas de poder.

Recordo minhas memórias do início do século XXI, quando, enquanto acadêmica em formação, escutava e acreditava em discursos proferidos por docentes brancos, autodeclarados marxistas, que defendiam que o uso do termo “todos” contemplaria adequadamente as mulheres. Hoje, esse entendimento se mostra insuficiente diante da necessidade de debater formas como “todes”, que buscam superar as limitações do masculino genérico.

A linguagem neutra se configura como uma estratégia de inclusão linguística, objetivando reverter a discriminação e a ocultação de grupos socialmente minorizados nas formas de comunicação. Segundo o Governo Federal (Brasil, 2023, s/p), trata-se de um conjunto de técnicas, sendo destacado: “propõem o uso de termos e estratégias distintas do masculino como solução neutra e genérica”. O objetivo é garantir visibilidade e representatividade para todas as pessoas e grupos sociais, tanto aqueles a quem a comunicação se destina quanto aqueles sobre os quais ela versa.

Essa perspectiva vem sendo incorporada em políticas de saúde que adotam termos como “pessoas que gestam” ou “pessoas que menstruam”, e não apenas “mulheres”, para assegurar dignidade materna e menstrual. O documento de recomendações para a promoção da Dignidade Menstrual no Brasil, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2023, p. 06), explica:

Pessoas que Menstruam: Apesar de meninas e mulheres serem *stricto sensu* consideradas pessoas que menstruam, para fins deste trabalho, a terminologia aqui utilizada tem o intuito de incluir homens trans e pessoas não binárias que menstruam. É importante reconhecer que nem todas as pessoas que menstruam são mulheres cisgêneras e que nem todas as mulheres menstruam. Neste guia, falamos em mulheres, meninas e pessoas que menstruam para incluir homens trans e pessoas não binárias sem invisibilizar e excluir a maioria cujas políticas públicas de promoção da Dignidade Menstrual afetarão, sendo mulheres e meninas (Fundo de População das Nações Unidas [UNFPA], 2023; p. 06).

A incorporação de palavras que fogem dos padrões da cisheteronormatividade permite não apenas que pessoas LGBTPQIA+ se sintam incluídas nas políticas públicas, mas também que gestores e executores de políticas reconheçam corpos e vidas que até então eram ignorados.

Não são recentes as estratégias de impor limites a qualquer manifestação verbal que questiona uma sociedade padronizada, limitada, e que se ancora na figura do homem branco, europeu, cisheteronormativo e burguês como detentor do discurso da verdade. A linguagem

deve ser compreendida em seus contextos sociais e históricos, pois escolhas linguísticas refletem e influenciam relações de poder. Reconhecer a multiplicidade de vozes é essencial: certas narrativas e palavras podem perpetuar desigualdades, mas, simultaneamente, podem ser poderosas ferramentas de transformação social ao questionar e modificar estruturas sociais hegemônicas.

3.A LINGUAGEM COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE ÀS FERIDAS DO CAPITALISMO COLONIAL E RACIAL

A linguagem, as palavras e os discursos são elementos fundamentais e fundantes de relações sociais, marcadas por dinâmicas contraditórias e em disputa constante. Não cabem normas rígidas e universais para seu uso. À medida que manifestam e revelam desigualdades, as palavras também se tornam ferramentas de dominação e exploração, atuando como “um mecanismo de manutenção de poder” (Ribeiro, 2017). Lélia Gonzalez, denunciava o caráter controlador da língua como dispositivo de negação da racionalidade das populações negras.

Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente [...] **Não sacam que tão falando pretuguês** (Gonzalez, 1984; p. 238; grifo meu).

Em Gonzalez (1984), encontramos o conceito de pretuguês, que, segundo a teórica amefricana marxista, é uma língua insubmissa, que desobedece, desloca e contraria o português normativo e oficial — esse instrumento de dominação que tentou aprisionar corpos e mentes. Clóvis Moura (2020), ao abordar a linguagem e o dinamismo cultural negro, salienta o modo como negros africanos de diferentes etnias passaram a modificar o seu falar para poderem se comunicar, fazendo uso do “dileto da senzala” e tecendo críticas à obrigatoriedade de se aprender a “língua do colonizador”.

O povo negro, forçado a falar a língua do colonizador para sobreviver e resistir, também foi capaz de transformá-la, subvertê-la e recriá-la (Nascimento, 2019). As construções de Gonzáles dialogam com as falas de Antônio Nego Bispo (2020), que nos diz:

E escrevemos mal ortografado. Quando nós cantamos desafinando. E dançamos descompassado. Quando nós pintamos borrando. E desenhamos enviesado. Não é por que estamos errando. É porque não fomos colonizados.

Nego Bispo (2023) nos lembra que o erro, na lógica colonial, é muitas vezes apenas o nome que se dá à diferença que resiste. Sua fala é uma denúncia poética da colonialidade da linguagem — que tenta fixar como "erro" aquilo que escapa à norma branca, europeia e patriarcal. Bispo além de dizer que não seria “erro” mudar a língua, as palavras do colonizador, chamando-o também de inimigo, seria contracolonizar e dizer aquilo que “os próprios eurocolonizadores não têm coragem de falar!”.

Neste contexto, a crítica à linguagem se articula à análise do Capitalismo Colonial e Racial. Enquanto pensadores latino-americanos brancos frequentemente enfatizam a exploração do território, intelectuais negras e negros latino-americanos, caribenhos e africanos denunciam um sistema que se alimenta, estrutura e explora corpos não brancos e suas mãos de obra. Destaco ainda que essa exploração se estende também aos saberes ancestrais, apropriando-se de conhecimentos milenares de povos não brancos. Para essas considerações, tomo como referência Cedric J. Robinson (2023), Angela Davis (2022), Kehinde Andrews (2023) e Cida Bento (2022); quanto ao saque e apropriação de saberes ancestrais, remeto ao meu texto em Guimarães (2025).

A violência colonial na imposição do português preenchido por normas e regras, entendido como “correto”, uma das mais perversas estratégias coloniais, pois não se trata apenas de ensinar um idioma, mas de apagar outros mundos e outras formas de nomear o mundo. Entende-se que variações em termos dos quais nascem das periferias e fronteiras são práticas de reinventar e resistir a uma língua que ao mesmo tempo que é imposta é negada por um modelo desigual de educação que apesar de ser direito não alcança a todos, todas e todes. A imposição da utilização de substantivos que singularizam e respaldam modelos padrões, tais como “sujeito”, “humano” e “todos” como capazes de atender uma multiplicidade de vidas e histórias.

Essa lógica de normatização e imposição da linguagem conecta-se ao que Gabriel Nascimento (2019) denomina um “fetiche” da linguagem no mundo ocidental. Segundo ele:

A linguagem tem sido um grande fetiche do mundo ocidental há séculos. Não apenas por meio das mais diversas formas de normatização e idealização das línguas nacionais, tendo como base o mundo brancocêntrico greco-latino, mas pelos próprios circuitos de reprodução da linguagem na modernidade, usados para consolidar o processo de formação da modernidade. Ou seja, a modernidade não apenas usou a ideia de linguagem no âmbito do projeto romântico, liberal, cristão e idealista das línguas nacionais europeias (como é o caso do português, francês, espanhol e italiano), como também lançou mão dela para criar uma definição para o mundo inteiro, passando a operar todos os conceitos a partir da Europa. O ato de nomear, portanto, tem sido fundamental nessa definição.

Essa dimensão histórica da língua, como mecanismo de universalização a partir da Europa, conecta-se ao que Grada Kilomba (2019) ressalta ao publicar seu livro na língua portuguesa do Brasil:

A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é *verdadeira condição humana*.

Essa dimensão política da língua, que define identidades e normalidades, encontra ressonância nas estruturas legais e sociais contemporâneas. Marcos Bagno (2015), pautando-se em Maurizio Gnerre, observa que, embora a Constituição afirme a igualdade de todos perante a lei, sua redação em uma língua compreendida apenas por uma parcela reduzida da população brasileira evidencia que a discriminação social começa já no texto legal. Esse exemplo mostra que a opressão não se manifesta apenas de forma racial: ela se articula também por meio da exclusão econômica, cultural e territorial. Formas de violência estrutural como a aporofobia — o preconceito e a hostilidade contra pessoas pobres — e a xenofobia — a discriminação dirigida a estrangeiros ou migrantes — demonstram que normas aparentemente neutras podem reforçar desigualdades sociais, econômicas e raciais de maneira simultânea, expondo a natureza interseccional do capitalismo colonial e racial.

Assim como o território, a linguagem é um campo de disputa simbólica e material. A depender do lugar, palavras que pretendem nomear grupos e coletivos revelam-se moldadas por relações de gênero que posicionam o homem, adulto, masculino, branco como padrão e universal, além de singular e único. Neste texto, pautando-me em intelectuais da diáspora, sustento que a língua não impõe apenas um gênero, mas sobretudo promove o apagamento de diferentes raças e etnias por meio da utilização de substantivos no singular, que não revelam a totalidade da realidade social, mas sim fragmentam.

4.DAS INFÂNCIAS PLURAIS AOS POVOS DA FLORESTA: INSURGÊNCIAS CONTRA A UNIVERSALIZAÇÃO DO “ENFANT”

O conceito de infância não possui uma definição única, muito menos atemporal; trata-se de uma categoria historicamente construída, socialmente situada e epistemologicamente disputada. Por isso, apresenta-se como uma noção complexa, multifacetada e heteróclita. Não é possível atribuir sua formulação a um único teórico, tampouco fixar um ponto de origem. Sua emergência ocorre, em diferentes momentos, nos

estudos sobre desenvolvimento humano e desenvolvimento infantil — campos muitas vezes confundidos e tratados de forma equivocada. Nesse debate destacam-se contribuições de autores como Philippe Ariès (2011), Colin Heywood (2004), William Corsaro (2011), Jens Qvortrup (2010) e Marchi e Sarmiento (2017), que, a partir de distintas perspectivas, problematizam a infância como construção social. O árduo desafio, entretanto, vai além de apenas historicizar a categoria: exige a crítica aos apagamentos e à essencialização que o termo “infância” carrega, produzindo silenciamentos sobre a multiplicidade de existências. Retomar o sentido, o significado, o lugar e o território de onde essa noção foi produzida é condição necessária para revelar os contornos de tais invisibilidades.

Em pesquisa realizada por mim (Guimarães, 2023) ressalto sobre o quanto campos de estudos da “História da Infância” fomentou uma padronização e descoloração e desterritorialização de corpos infantis, ao se referir a crianças como das elites ou como pobres, desvalidas e abandonadas; quando na verdade ao consultar fotografias, audiovisuais e a própria história do país vemos que são infâncias pretas, pardas, quilombolas e indígenas. Se lançar num estado da arte sobre pesquisa da história de crianças negras e indígenas e se deparar com um vácuo de produção e dados.

A palavra “infância” vem do latim *infantia*, que significa “ausência de fala” — expressão que carrega a violência epistêmica da negação da racionalidade. É justamente desse lugar europeu que se impõe a compreensão de que o termo infância deriva de *enfant*, o “ser sem voz”. A partir disso nos é repassada a ideia de que houve um processo histórico comum, linear e homogêneo para as crianças nos mais diversos recantos do mundo.

Historiadores e pesquisadores de diferentes vertentes teóricas e políticas, ainda assim pertencentes a um mesmo lugar de enunciação — branco, europeu, universal — escrevem sobre “a infância” no singular, consolidando uma leitura que uniformiza o diverso. Tais compreensões reverberam nos estudos sobre crianças conduzidos por historiadores, higienistas e pesquisadores da sociologia da infância no Brasil, marcados, em sua maioria, por perfis brancos, do Sul e Sudeste do país.

Esse perfil dominante reforça a lógica colonial do saber: uma geopolítica acadêmica que centraliza a produção nos grandes centros e subalterniza a Amazônia, relegando-a ao papel de zona de extração — de corpos, de experiências, de saberes — e não como sujeito produtor de conhecimento. À região é atribuído o papel de fornecedora de matéria-prima e de mão de obra gratuita, pois nem mesmo como “barata” foi — ou é — considerada.

Como resultado, nós que nos lançamos a refletir sobre as diferentes infâncias que se dão e ocupam a Amazônia lidamos com a escassez de espaços de conservação da memória do

nosso povo, com pouco investimento em pesquisas que nos exigem percorrer longos trajetos de navios e lanchas, e com histórias de nossas infâncias pouco difundidas em comparação às de outros centros nacionais. Essa invisibilização histórica e epistemológica evidencia a necessidade de reconhecer e valorizar as infâncias plurais amazônicas, cujas experiências, corpos e saberes resistem, se reinventam e exigem ser incluídos na produção de conhecimento e nas políticas públicas.

A literatura nacional sobre crianças e a sua historiografia aos poucos vêm enxergando e lendo o quanto foi danoso e vem sendo prejudicial a abordagem que por anos falavam de uma infância no singular que neutralizou corpos e retirou identidade e memórias. Evidentemente compreendo tais pautas como atuais e que surgem a partir de lutas sociais que passaram a se adensar na universidade quanto a um direito de memória de populações que foram historicamente atingidas pelo racismo e o genocídio. As violências institucionais da academia insistem em se manter por meio de leituras caducas, eurocentradas, que *performam* uma crítica social superficial, simulando discurso de autoridade intelectual a fim de neutralizar, homogeneizar e pacificar os sujeitos subalternizados.

Clovis Moura, ainda na década de 1983, cravou que a “ótica acadêmica e eurocêntrica”, faz com que “marxistas universitários mitificam grande parte da nossa história social” supervalorizam fatos secundários simplesmente pela necessidade de “comprovar os seus esquemas metodológicos”, em que supervalorizam o surto migratório pós 1888 que formou uma população livre que se sobrepôs a negra e assim ignoram quatro séculos de escravidão e desde então tentam nos convencer, negros, negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, que a nossa unitarização e singularização em “classe trabalhadora”, “homem”, “mulher” e “infância” nos contemplam em nossa realidade material, forjando uma totalidade que nos apaga e representa somente a eles.

Da mesma forma retomo Clóvis Moura (1994, p. 243) que seguindo a uma inquietação comum à intelectuais negros quanto a linguagem colonial imposta nos diz:

A própria desarticulação da linguagem, comparada aos escritos da linguagem tradicional, não é estudada como parte de um ethos novo, através do qual os negros se manifestam, e que não merece ser analisado gramaticalmente, mas como elemento de uma linguagem ajustada a toda uma vivência social, histórica e étnica do negro. Essa desarticulação significa, como o próprio Lima Barreto dizia, falando do seu estilo, a necessidade de se criar uma nova linguagem para expressar uma nova realidade. Isto é, um novo código, diferente daquele imposto como o obrigatório para quem deseja vencer na república das letras.

A reflexão de Moura sobre a desarticulação da linguagem nos permite compreender que a criação de novos códigos não é apenas uma questão estilística, mas uma estratégia de resistência e afirmação de mundos marginalizados. Assim como a população negra reconstrói a linguagem para expressar sua experiência social, histórica e étnica, é também nas infâncias plurais — sobretudo nas amazônicas e amazônidas — que se manifesta a resistência contra categorias universalizantes impostas pelo colonialismo, pelo racismo e pelo capitalismo. A forma como essas crianças vivem, nomeiam e ocupam o mundo constitui uma linguagem própria da existência, um ethos de sobrevivência e criatividade que desafia normas hegemônicas, reafirmando a centralidade de perspectivas subalternas na produção de conhecimento e na luta por justiça social.

Finalizo com o seguinte excerto de Moura que sabia e radicalmente diz:

O monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder. É preciso, então, na medida em que democratizemos esta sociedade, tenhamos condições de abrir os leques democráticos, não apenas econômicos e políticos, mas também culturais, nós incorporemos essa produção [...] negra, dessa juventude negra que está escrevendo e participando num processo de renascimento negro. Essa produção precisa ser também considerada pluralisticamente como pluralista; é a cultura brasileira e não mediante o critério monopolístico imposto pela cultura do dominador colonizador, sem alternativas de outras formas de expressão que reflitam exatamente as grandes diversidades da nação brasileira. (Moura, 1994, p. 245).

Seguindo a reflexão de Moura sobre o monopólio do saber e a necessidade de pluralidade cultural, podemos perceber que a democratização do conhecimento não se limita apenas à produção artística ou intelectual. Ela se estende também à forma como reconhecemos e nomeamos os sujeitos sociais, incluindo as crianças. Assim, a partir de uma compreensão linguística que se ancora no método histórico-dialético, falar em infâncias no plural implica reconhecer que as experiências infantis são diversas e atravessadas por múltiplas desigualdades e especificidades sociais. Não se trata apenas de crianças em sentido universal, mas de crianças negras, indígenas, quilombolas, ciganas, trans, de gênero diverso, com deficiência, em situação de pobreza, em contextos rurais ou ribeirinhos, migrantes ou refugiadas, privadas de liberdade, em situação de trabalho infantil, e pertencentes a comunidades tradicionais e originárias. Cada uma dessas infâncias carrega necessidades, vulnerabilidades e potencialidades distintas, que exigem políticas públicas sensíveis às suas especificidades. Reconhecer essa pluralidade é uma estratégia de justiça social e de garantia de direitos, pois evita a invisibilização e a homogeneização que frequentemente ocorrem nas

legislações e práticas institucionais, fortalecendo a ideia de que todas as infâncias merecem proteção, respeito e protagonismo em seus contextos de vida.

5.CONCLUSÃO

As áreas que não se debruçam — ou que não têm por hábito visitar as teorias e os teóricos da linguagem —, até pouco tempo atrás, desacreditaram manifestações simples como o uso de "todas". Porém, nos encontramos num momento político em que a adoção de formas de linguagem neutra, que adota o “todes”, mobiliza debates e provoca reações. Ainda que se apresentem como progressistas, muitos discursos continuam sustentando categorias totalizantes que operam novas formas de invisibilidade.

Essas estruturas de linguagem — colonizadas — são moldadas por condutas aporofóbicas, racistas, xenofóbicas, genocidas, lgbtfóbicas, misóginas e epistemicidas, que se refletem nas resistências a palavras como *todes*, *presidenta* ou expressões como *pessoas que menstruam*. O incômodo que essas palavras geram revela como a linguagem se torna um campo de disputa que ultrapassa o léxico: trata-se de decidir quem tem o direito de existir no discurso público, nas políticas e nos documentos institucionais, que representam a materialidade e registro de políticas públicas.

Reconhecer essas pluralidades não é apenas uma questão terminológica, mas de justiça social. Permite que políticas públicas e legislações sejam sensíveis às necessidades específicas de cada grupo, evitando invisibilizações e homogeneizações que reforçam desigualdades históricas. É também um gesto de transformação social, alinhado à proposta de confrontar discursos hegemônicos e de promover práticas de cuidado, proteção e representatividade para todas as infâncias, reconhecendo suas vozes, corpos e experiências como legítimas e essenciais.

Entretanto, mesmo quando termos como “infâncias” são formalmente mencionados em eventos ou painéis internacionais — como na Cúpula das Infâncias da COP 30 —, sua presença muitas vezes permanece simbólica, descolada da implementação concreta de políticas e práticas. A partir de uma perspectiva histórico-dialética, essa contradição evidencia como a linguagem e os discursos podem ser apropriados para dar a aparência de inclusão e pluralidade, enquanto na realidade permanecem estruturas de poder colonial e racial que determinam quais vozes são ouvidas, reconhecidas e efetivamente transformadoras. Reconhecer as infâncias no plural, portanto, não se limita a nomear, mas exige ações, políticas

e métodos que tornem visível a diversidade de experiências, resistências e saberes das crianças em seus contextos sociais, culturais e territoriais.

É por meio da palavra que os conflitos ideológicos são tensionados e potencializados. A linguagem carrega intenções, memória e também desejo de transformação social. Em territórios como o nosso — latino-americano, marcado pela dizimação indígena e pela brutalização de corpos negros africanos por meio da cruz, da espada e, sobretudo, da imposição de uma língua que negava nossas constituições biopsíquico-cognitivas —, construiu-se uma história única. E nos ensinaram a acreditar que essa história, escrita no singular, nos contemplava. Mas não nos contemplava. E é por isso que hoje escrevemos, tencionamos e nomeamos no plural!

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe (1914-1984). **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ANDREWS, Kehinde. **A Nova Era do Império: Como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed.. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BENTO, Maria Aparecida. **Pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BISPO, Antônio dos Santos. **Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado**. Itaú Cultural. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

DAVIS, Angela. Apresentação. In: FERDINAND, Malcom (Org.). **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FELLET, João. Linguagem neutra ou não binária: disputa e polêmica. *BBC News Brasil*, São Paulo, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Na9ezQz2DnM>. Acesso em: 19/10/2023.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Recomendações para a promoção da dignidade menstrual no Brasil. Brasília, DF: UNFPA Brasil, 2023. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-dig-menstrual_v2.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ANPOCS (Org.). **Ciências Sociais Hoje – 1984**. São Paulo: Vértice; ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. A história das infâncias negras: descolonizando os direitos de crianças da Amazônia. **Revista de Educação Interterritórios**, v. 9, n. 18, 2023.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Por um marxismo negro e amazônida: enfrentamentos à branquitude, ao racismo/sexismo epistêmico e ao extrativismo intelectual. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 18, n. 1, 2025.

JOBIM E SOUZA, S. **Infância e Linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 141, p. 951-964, out./dez. 2017.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 3ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ed. Anita, 1194.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. São Paulo: Editora Letramento, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** - Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROBINSON, Cedric J. **Marxismo Negro: A criação da Tradição Radical Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

ZANDWAIS, Ana. Contribuições de teorias de vertente marxista para os estudos da linguagem. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 12, p. 51-63, jan./dez. 2015.